

MITOS ARQUEOLÓGICOS E PODER

JOHNNI LANGER*

Resumo: Produto das explorações do período romântico, a Arqueologia sempre manteve estreitos vínculos com os sistemas de representações das sociedades, legitimando a ordem política estabelecida, principalmente através de sistemas míticos e simbólicos.

Prática científica com quase dois séculos de existência, a Arqueologia desenvolve, nesse final de milênio, um amadurecimento epistemológico sem precedentes, tanto em seus novos métodos de pesquisa em campo, como para tecnologias de laboratório inovadoras. Mas, como qualquer ciência, e mais ainda, com sua proximidade com a História e a memória cultural, possui um vínculo muito estreito com as formas de dominação simbólica das sociedades. Sendo assim, o objetivo principal desse ensaio é levantar hipóteses e refletir *sobre os mecanismos imagísticos e simbólicos inerentes à prática da arqueologia*, existentes no seu nascimento até nossos dias, *vinculados ao poder nas sociedades*.

1. HISTÓRICO DA RELAÇÃO/PROBLEMÁTICA.

O termo Arqueologia originou-se do grego ARKHAÍOS, antigo, e LOGIA, discurso, significando o estudo sistemático da antiguidade. Sua utilização provém do francês erudito *Archéologie* (1599) e do inglês *Archaeology* (1607). O vocábulo assumiu, entretanto, sua significação moderna como estudo técnico dos vestígios do passado, a partir de final do séc. XVIII (SCHUCHWARDT: 1972, 15).

Os primórdios da Arqueologia enquanto ciência remontam às descobertas acidentais das cidades romanas de *Pompéia* e *Herculanum* no séc. XVIII¹. As famosas ruínas novamente ressurgem a partir de 1738, quando sob o patrocínio de nobres e aristocratas, escavações foram realizadas com a intenção de obter novas aquisições artísticas. Em 1763 foi publicada a obra *Geschichte der Kunst*, de Johann Winckelmann, baseada em suas pesquisas na cidade de Herculanum e Pompéia, na qual se divulgou, em caráter inédito, a descrição dos objetos encontrados e a situação dos sítios em questão. Winckelmann con-

cebia a relação entre os remanescentes ruínísticos com o processo histórico, sendo considerado o inaugurador do método arqueológico moderno. A arqueologia foi utilizada por todo esse período afim de demonstrar a materialidade de um passado ruínístico glorioso. Logo, as nações em formação trataram de criar subsídios para escavações e pesquisas de campo que revelassem novos aspectos de seu passado, que confirmassem seu presente social e simbólico.

Durante o séc. XIX, diversas especialidades, como as pesquisas pré-históricas e mesopotâmicas, trataram de criar novas perspectivas de trabalho em campo, encontrando-se a arqueologia em 1871 com método e epistemologia definida:

“Science quis s’occupe de tout ce qui est relatif aux anciens, spécialement de leurs arts et de leurs monuments (...) comprend l’étude de l’antiquité tout entière par les monuments et par les auteurs; mais, dans le sens restreint qui est consacré par l’usage, ce mot s’applique uniquement à l’étude et à l’interprétation de tout ce que les anciens peuples ont transmis à la postérité en oeuvres matérielles” (LAROUSSE: 1871, 571).

Apenas em meados de nosso século, a metodologia arqueológica foi modificada essencialmente, visando uma abordagem considerada moderna e científica, reflexo de outras tendências epistemológicas e também de outras ciências como a Antropologia e História. Após a segunda guerra, dois nomes centralizaram as novas perspectivas: André Leroi-Gourhan e Gordon Childe. O primeiro definiu as linhas de pesquisa que averiguam o papel do meio ambiente e da natureza nas técnicas, enquanto o segundo, inspirado no marxismo, realçou a importância das relações de produção e da estrutura socio-econômica nas atividades pré-históricas (CHILDE: 1976, 17).

As abordagens políticas e sociais da arqueologia, entretanto, somente encontraram interesse recentemente, a partir dos anos setenta.

Os pesquisadores franceses foram os pioneiros nessa nova abordagem. A famosa revista *Annales*, baluarte da denominada *Nova História*, forneceu espaço para inúmeros estudos e concepções críticas. Em artigo conjunto no ano de 1973, Jean-Paul Demoule, Alain Schnapp e outros autores, sintetizaram as problemáticas dos novos métodos e teorias investigativas, concluindo com a interrogação: “L’archéologie permet-elle l’appréhension globale d’une société?” (DEMOULLE & SCHNAPP: 1973, 51). O trabalho permitiu apontar, entre outras reflexões epistemológicas, o limite do conhecimento arqueo-

lógico na recuperação de informações culturais e as possibilidades de novos métodos investigativos.

O arqueólogo Alain Schnapp, por sua vez, publicou em 1976, o capítulo sobre a ciência arqueológica na sistematização promovida por Jacques Le Goff, **História: novas abordagens**. Popularizando a *New Archaeology*, o pesquisador discutiu novos métodos, novas tendências investigativas e outras preocupações, concluindo: “cabe à arqueologia descobrir, por sua vez, estruturas e descontinuidade onde ele procurava conjunturas e continuidade” (SCHNAPP: 1976, p. 18). Organizaria ainda, em 1980, uma coletânea de diversos estudos (**L'Archéologie Aujourd'Hui**), onde destacou-se o estudo de Carl-Axel Moberg, analisando os aspectos sociológicos da ciência em questão. Este último, anteriormente, no popular manual **Introdução à Arqueologia** (1975), já havia fornecido preciosas considerações sobre as raízes políticas e sociais da arqueologia em capítulos especiais.

Outro francês, Jean-Paul Demouille, escreveu o artigo *La Préhistoire et ses Mythes* (**Annales**, 1982), o primeiro estudo sobre a relação entre o imaginário arqueológico e os sistemas simbólicos de poder social, como os mitos nacionalistas modernos. Com muita competência, demonstrou como diversos estereótipos sociais são criados (ou interferem) nas pesquisas científicas, e apropriados deste para a cultura de massa, até nossa época: “On abandonnera donc la vision positiviste d'une préhistoire dégagee progressivement de ses mythes en deux siècles d'activités scientifiques rigoureuses” (DEMOULLE: 1982, 757).

Os teóricos norte-americanos, por sua vez, iniciaram objetivamente a discussão sobre o tema com a coletânea **Ideology, power and Prehistory** (1984), de Daniel Miller e Christopher Tilley. Neste mesmo ano, outro estudo em língua inglesa, o artigo *Alternative archaeologies*, reforçou as análises sobre as práticas da arqueologia no mundo, influenciadas pelos diferentes contextos políticos, econômicos e culturais. Publicada na revista **Man**, seu autor, o famoso pesquisador Bruce C. Trigger, conclui que a relação entre o poder e a ciência é inevitável: “This in turn necessitates investigating the behaviour of archaeologists not simply as individuals but as researches working within the context of social and political groups” (TRIGGER: 1984, 369).

No Brasil, os estudos pioneiros dessa relação iniciaram-se a partir de 1988. Nesse ano, vários ensaios demonstraram um amadurecimento epistemológico nacional sobre o assunto. O arqueólogo Ulpiano B. de Menezes (USP), em um artigo, criticou a forma de pesquisa genericamente conduzida no Brasil, sua falta de consistência metodológica e sua relação com o corporativismo empresarial (MENEZES: 1988, 10).

Porém, a mais definida reflexão teórica surgiu no manual **Arqueologia**, do arqueólogo Pedro Paulo Abreu Funari, publicada pela editora Ática. Contando também com formação historiográfica, o pesquisador discute objetivamente as questões institucionais e políticas relacionadas com a ciência em questão, destacando o papel da *identidade* e dos *interesses dos grupos sociais* em seu empirismo, não esquecendo as ligações ideológicas internas, enquanto disciplina acadêmica (FUNARI: 1988, 70-71). Com uma grande quantidade de artigos nacionais e estrangeiros, publicados entre 1989 e 1996, o autor destaca-se como um dos grandes teóricos brasileiros da atualidade.

Em 1991, em um reflexivo artigo na **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, a pesquisadora Donizete Rodrigues discutiu questões envolvendo a arqueologia africana, como a interferência do colonialismo, chegando a declarar que esta ciência “opera dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo e desempenha um papel ativo nos processo de mudanças sociais” (RODRIGUES: 1991, 193). O que demonstra o atual estado dos especialistas nacionais, quanto às reflexões envolvendo a ciência arqueológica enquanto instrumento de poder.

2. CAMPOS DE PESQUISA

Esse rápido panorama na história da problemática, evidencia a falta de uma teoria definida envolvendo objetivamente a temática. Para suprir essa lacuna, apresentamos alguns elementos que definem a metodologia utilizada pelos pesquisas do imaginário social, pela qual podemos refletir sobre os mecanismos atuantes nas práticas e representações sociais da arqueologia.

2.1. O IMAGINÁRIO.

O *imaginário*, segundo Bronislaw Baczko, refere-se a aspectos da vida social, principalmente representações e imagens, cujas particularidades se manifestam em todos os seus agentes, denotando sua *identidade* - a representação de si mesmo, fornecendo respostas à suas problemáticas cotidianas e regulando a vida coletiva (BACZKO: 1984, 309)². Pierre Ansart possui uma reflexão semelhante:

“Toda sociedade cria um conjunto coordenado de representações, um *imaginário* através do qual ela se reproduz e que designa em particular o grupo a ele próprio, distribui as identidades e os papéis, expressa as necessidades coletivas e os fins a alcançar. Tanto as sociedades modernas, como as sociedades sem escrita, produzem esses imaginários sociais, esses sistemas de representações, através dos quais elas

se autodesignam, fixam simbolicamente suas normas e seus valores” (ANSART: 1978, 21-22).

Outros autores, como Castoriadis e Barbier, radicalizam essa noção de imaginário enquanto *capacidade inerente/fundamental do homem em criar imagens de coisas e de relações que não existem ou estão ausentes* (CASTORIADIS: 1982, 154; DURAND: 1989, 27; BARBIER: 1994, 20), mas que remetem necessariamente a uma definição da realidade, expressando-se por “símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas” (PESAVENTO: 1995, 24). Toda cultura e nível social à essa correspondente, possui um imaginário. O limite entre esse imaginário e a realidade torna-se variável, mas seu alcance e influência é universal, por abranger toda a esfera da experiência do homem (PATLAGEAN: 1990, 291).

A *função* dos imaginários sociais seria a de fornecer respostas e soluções aos conflitos-problemáticas das coletividades, atuando vigorosamente na criação de “visões futuras, na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro” (BACZKO: 1984, 309, 312). Assim, o imaginário está na origem da criação na História, das instituições e de toda necessidade social-histórica, utilizando o simbólico para exprimir-se (CASTORIADIS: 1982, 161).

A ciência arqueológica, desta maneira, está incluída em um simbolismo constituinte de seu funcionamento e existência. O simbólico reúne todos os aspectos sociais e históricos de uma sociedade - com o fim de modelar o comportamento individual e coletivo³. Todo simbolismo é baseado nas experiências e nas aspirações (desejos, motivações e fantasias) dos agentes sociais, operando as relações entre verdade-normatividade e informações-valores. Os símbolos dos imaginários sociais estão fundamentados em sistemas complexos como os *mitos*, as *utopias* e as *ideologias* - não funcionando isoladamente, mas em muitos casos, operando em total miscelânea. A linguagem de uma época (mesmo a religião, filosofia, política e a arquitetura) é infiltrada pelos elementos desses sistemas constituintes dos imaginários sociais.

A influência desses elementos na mentalidade é influenciada diretamente pela *difusão* dos imaginários - e do controle dos meios discursivos, garantindo a *dominação simbólica*. A fim de construir a imagem de um passado civilizado, diversas nações utilizaram-se da ciência arqueológica - controlando os circuitos de difusão do imaginário sobre a pré-história do período (como a literatura e os meios de comunicação de massa). Aqui, a relação entre informação e imaginação é fundamental: proporcionou o controle da circulação de imagens e representações. A própria idéia de nação vinculada pelos

intelectuais, baseava-se em metáforas de um passado glorioso (simbolizado, por exemplo, pelas cidades perdidas), pretendido pelos arqueólogos.

O imaginário social é local eficaz da prática do *poder*, pois nele encontra-se a questão de sua legitimação: “qualquer sociedade precisa imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder” (BACZKO: 1984, 310). Por conseguinte, o poder não é um conceito retirado da natureza física ou humana, e sim um dado apreendido socialmente e legitimado constantemente, sem o qual não possui sentido.

O sucesso da influência da arqueologia na mentalidade ocidental, se deve basicamente ao controle dos meios de difusão imaginária, principalmente das instituições políticas - *o poder fundamenta o discurso e a difusão desse tema*. Ou seja, para legitimarem suas aspirações políticas, diversos grupos sociais utilizaram dispositivos imaginários - como mitos arqueológicos - que estavam inseridos em um universo simbólico no quadro de funcionamento das *instituições*⁴ do período. Porém, deve-se sempre ter em conta que o Estado não é o locus privilegiado do poder, ou seja, não é criado pelas instituições políticas, e sim encontra-se distribuído por toda sociedade, em todos os níveis de relacionamento.

O poder político, aquele que é exercido com o objetivo de obter domínio sobre os outros poderes, necessita produzir *mais valia* de poder para obter dominação constante (MAGALHÃES & SIQUEIRA: 1996, 02). Habermas, citando Hannah Arendt, remonta o poder político “exclusivamente à práxis, à fala recíproca e à ação conjunta dos indivíduos” (HABERMAS: 1980, 110), ou seja, características práticas do conceito de poder. Também a relação entre os signos e esse excedente de poder é fundamental: deve produzir continuamente uma força incompreensível e transformá-la em sentido compreendido de modo a estabelecer sempre uma diferença e uma adequação entre força e signo (GIL: 1984, 63).

A ideologia política busca explicar e orientar as ações coletivas, os modelos sociais e principalmente, as indicações de autoridade nas comunidades, procurando com isso, dar sentido aos atos individuais, renovando o entendimento simbólico e paradigmático dos mito e das religiões (ANSART: 1978, 36, 40-41).

Uma questão essencial para entendermos a utilização dos mitos arqueológicos pelo imaginário, é a sua vinculação com a origem e legitimação dos detentores da *autoridade*⁵, estruturados pelo *poder simbólico*. Este constitui no reforço da dominação efetiva pela apropriação dos símbolos, garantindo a obediência pela relação de sentido e poderio (BACZKO: 1984, 299), e também transformando-se no sistema emocional dos grupos sociais, vinculado ao

institucional (poder político) (ANSART: 1978, 131). A autoridade, fundamentada na tradição, recorre à uma *linguagem de legitimação*, que nomeia os detentores de um poder. Isso pode ser claramente percebido quando da instauração de uma revolução, quando os novos detentores do poder político servem-se de sistemas simbólicos que legitimem as suas práticas sociais, frontalmente opostos à simbologias anteriores:

“o clima afetivo gerado pelos fatos revolucionários, bem como os avanços e recuos do medo e da esperança, animam necessariamente a produção dos imaginários sociais (...) é significativo que as elites políticas se dêem rapidamente conta do fato de o dispositivo simbólico ser um instrumento eficaz para influenciar e orientar a sensibilidade coletiva” (BACZKO: 1984, 320, 324)

Mas na constituição desse imaginário, como articulou-se efetivamente os aspectos ideológicos com as estruturas mentais? A *produção intelectual do imaginário arqueológico* foi influenciada diretamente pelos valores do momento histórico, enquanto os *aspectos culturais* do mesmo imaginário estavam vinculados a sistemas simbólicos de longa duração (como mitos e utopias). Ambas foram utilizadas pelos poderes políticos, principalmente na legitimação de um passado histórico de cunho nacionalista.

Para Michel Vovelle, os *aspectos ideológicos* necessariamente são vinculados a práticas e comportamentos relacionadas ao senso comum (e portanto, a partir de uma prática social determinada pelo poder), enquanto que a *mentalidade* integra o que não está formulado, os aspectos e motivações inconscientes das sociedades (VOVELLE: 1987, 14,17,19).

O mental possuiria uma autonomia e irredutibilidade em relação ao econômico, ao social e ao demográfico.⁶Raoul Girardet reflete sobre a autonomia das constelações mitológicas, em relação aos quadros racionais e intelectuais das sociedades - e também nos adverte sobre os limites dessa relação: “é uma esperança sem dúvida bem ilusória pretender definitivamente transcender a oposição do racional e do imaginário” (GIRARDET: 1987, 23).

2.2 O MITO

Centro de polêmicas conceituais desde a antiguidade, o mito tem recebido inúmeras considerações de intelectuais durante a modernidade. Apesar de muitos mitos estarem vinculados a diversos aspectos sociais, interessa-nos aqui diretamente as estruturas relacionadas com aspectos arqueológicos, utilizadas com interesses políticos.

Um dos principais pesquisadores do tema, o romeno Mircea Eliade, concebia os mitos como relatos, narrativas e imagens de acontecimentos primordiais, em sua maioria relacionados a realidades que só existem graças à intervenção de elementos imaginários - constituindo assim o paradigma e o modelo de todas as realizações humanas significativas (ELIADE: 1972, 11-12). Este autor foi um dos principais preconizadores do mito enquanto *realização*, oposto às interpretações deste enquanto *mistificação da realidade*, utilizadas principalmente pelos marxistas.

Recentemente, os teóricos do imaginário enfatizam o mito como explicação e mobilização racional de aspectos sociais: “é uma resposta racional dada no imaginário por meios simbólicos” (CASTORIADIS: 1982, 167), efetuada pelas sociedades “aos seus desequilíbrios, às tensões no interior das estruturas sociais e às eventuais ameaças de violência” (BACZKO: 1984, 308); “Le mythe est déjà une esquisse de rationalisation puisqu’il utilise le fil du discours, dans lequel les symboles se résolvent en mots et les archétypes en idées. Le mythe explicite un schème ou un groupe de schèmes” (DURAND: 1989, 64); “exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente (...) é também potência mobilizadora” (GIRARDET: 1987, 13,183).

Também vinculado à essa definição explicativa, Pierre Ansart acentua o empirismo e as significações concretas do mito: “é a experiência cotidiana, o imaginário vivido, o modo de relação dos homens consigo mesmos, com o mundo e com o outro (...) um sistema de representação estruturado de acordo com as distribuições e as práticas sociais” (ANSART: 1978, 23). Mesmo as identidades individuais até a mais profana das práticas sociais são construídas pela identificação com a lógica interna da narrativa mítica. Para Ansart, a experiência mítica produz uma *imanência do sentido* - a adequação da experiência vivida (pelo indivíduo) e dos seus significados sociais e simbólicos, que nem a religião nem as ideologias conseguem realizar ou reconstituir (ANSART: 1978, 24-25).

Mas também, além de seu sentido de significação, o mito é um modelo, que assegura a continuidade das relações e hierarquias sociais. Que necessita ser constantemente adequado pela experiência social, inserido dentro de um esquema onde as diferenças são destacadas - o sentido de significação necessita de *reatualização*, pois do contrário corre o risco de ser esvaziado de seu sentido explicativo e estratificante. Assim, com os rituais e as festas de caráter mítico, importantes significados sociais - como os prestígios e as legitimizações de poderes políticos - são renovados e garantem a sua continuidade:

“A narrativa mítica não é apenas a estrutura totalizante do sentido coletivo, mas também um instrumento de regulamentação social, o código a um tempo funcional e coercitivo, que impõe a manutenção do sistema de estratificação” (ANSART: 1978, 27).

3. MITOS ARQUEOLÓGICOS E PODER

Uma das ciências tipicamente românticas, a arqueologia possui um imaginário essencialmente vinculado ao séc. XIX, e que apesar de ter sido elaborado pelo pensamento intelectual, logrou um enorme sucesso no meio popular. Como toda ciência em seu processo de formação, diversas concepções e teorias estiveram relacionadas a um momento histórico definido, sendo posteriormente abandonadas ou rejeitadas pela academia contemporânea.

Um exemplo foi com os estudos de civilizações imaginárias e fantásticas, efetuadas principalmente ao final do séc. XIX. Diversos arqueólogos acreditavam na antiga existência da Atlântida e de *idades perdidas*⁷ no continente americano. Em especial, a monarquia brasileira - criadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - financiou diversas expedições arqueológicas entre 1840-1845, no interior brasileiro, afim de se encontrarem vestígios de civilização em nossa pré-história (LANGER: 1996, 65-70; HOLTEN & GUIMARÃES: 1997: 32, 44). Compreendendo ao mesmo tempo a perspectiva temporal do historicismo (com as idéias românticas do mistério humano) e a perspectiva espacial da geografia (ao tentar encontrar evidências monumentais do interior do Brasil), a arqueologia novecentista foi um dos principais instrumentos empíricos utilizados pelos nacionalistas, para tentar criar a perspectiva de um passado civilizado no Brasil. Desta maneira, o Brasil não seria, com a existência de antigas ruínas, *nem sem história*, nem inferior à Europa, nem uma raça fraca e bárbara.⁸ As cidades imaginárias, desta maneira, além de servirem como orientadoras de elementos familiares ao desconhecido, também relacionam-se às estruturas políticas, atuando como legitimadoras de pressupostos ideológicos e históricos de uma determinada nação ou estado (LANGER: 1996. 80-81).

Em outro contexto histórico, podemos também vislumbrar a utilização de mitos pelas instituições políticas, como no caso do nazismo. O regime nacional socialista da Alemanha, apreciava consideravelmente a propaganda relacionada com temas pré-históricos, que valorizavam suas teorias sobre a

superioridade racial germânica. Um dos principais representantes da arqueologia nazista, Gustav Kossina, publicou vários trabalhos criando as bases para a idéia de um território germânico, baseado em evidências materiais arcaicas. mapas e gráficos do período, publicado entre 1933 e 1945, demonstravam a Alemanha como irradiadora da civilização branca no mundo. Institutos, museus e escolas foram criados para reconstituir a vida cotidiana dos antigos povos da região, além de diversos jornais e filmes-propaganda relatando as pesquisas sobre o tema (ARNOLD: 1992, 30-33). Em áreas ocupadas militarmente, a SS patrocinou escavações para demonstrar que eram historicamente identificadas à nação germânica, justificando sua invasão, como nas regiões da Criméia, Ucrânia e Rússia (COMEAU: 1992). Além disso, diversas explorações tiveram influências do ocultismo, levando a criação de teorias imaginárias, como a influência de civilizações desaparecidas da Atlântida e Hiperbórea. Hitler era favorável ao encontro de culturas sofisticadas a exemplo dos gregos, o que levou essa inclusão dos pesquisadores ao fantástico.

Evidencia-se tanto no caso brasileiro, quanto no nazismo, um sistema de representações que garante a ordem estabelecida, veiculados através de uma linguagem simbólica específica - a linguagem de legitimação. Os mitos arqueológicos, desta maneira, atuam como difusores de um sistema mítico mais amplo, fundamental para entendermos o moderno processo político mundial - a nação.

Nação, entenda-se aqui, também é uma representação necessariamente vinculada às instituições sociais: “A idéia de nação contém a de poder, que deriva do pacto social (...) A nação é o fundamento e o depositário exclusivo do poder coletivo, isto é, político” (GUYOMAR: 1984, 285-286).

O imaginário político predominante nesse período (séc. XIX e início do XX), estruturava-se principalmente em concepções nacionalistas, onde diversas repúblicas foram anexadas a impérios ou estados etnicamente identificados, como nos casos europeus. A maioria dessas associações políticas, porém, era realizada por motivos simbólicos: a nação é um conceito imaginário.⁹ Diversas nacionalidades emergentes, como o México e países americanos, buscaram no reconhecimento com o passado ruínístico, a sua identidade no presente histórico. Mesmo nações com uma elaboração política definida, como a Grécia, recorreram a arqueologia para resgatar as glórias do passado - as antigas realizações reforçavam a legitimidade do poder na atualidade. Com isso percebemos a importância central da arqueologia no imaginário político: “A criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas vezes, com a Arqueologia. Neste caso, predominam os

interesses dos grupos dominantes mediados pela ação do Estado” (FUNARI: 1988, 71).

No caso, a utilização de mitos arqueológicos correspondem a tentativa das nações de reforçarem os aspectos simbólicos de sua própria origem, e consequentemente, do próprio poder que a nação é investida. A elaboração do mito nacional privilegia os aspectos históricos do passado, investindo o tempo mítico de características imaginárias - tomadas como reais e verdadeiras - que no caso dos mitos nazistas e das cidades perdidas brasileiras, são buscados como elementos que constituiriam a sagração definitiva de um futuro a ser realizado: “A história real deve, pois, ser interpretada, perspectivada, segundo a lógica do discurso nacionalista, para que a história sagrada da nação tome corpo e para que o tempo histórico se identifique com o tempo do mito” (GUYOMAR: 1984, 299).

Não se pode esquecer também que, os mitos arqueológicos nacionalistas, são baseados muitas vezes em ideologias etnocêntricas, onde o conceito de evolução e superioridade da civilização européia funde-se com a imagem do futuro sagrado, tornando-se mesmo operativa de contextos onde as descobertas de campo possuem um caráter de suporte simbólico para as sociedades. Isso é perceptível, desde as pesquisas da América Central (séc. XIX) até as atividades israelenses¹⁰em nossa época:

“Ce rôle, au moment où les nations se constituent, est donc doublement de fonder l’origine particulière, enracinée dans un territoire, d’une communauté (...) et de justifier par ailleurs, d’une manière historique et crédible, le progrès en marche” (DEMOULLE: 1982, 744).

Também os mecanismo de legitimidade da autoridade de um poder - através de mitos nacionalistas - pode ser utilizado de modo a combater inversamente um poder já estabelecido. Certos aspectos da arqueologia africana ilustram essa colocação, em especial a *cidade perdida de Zimbawe*. Descoberta por europeus em 1868, suas ruínas - situadas no sul da África - foram consideradas como tendo sido edificadas por fenícios, hebreus, Salomão, a rainha de Sabá ou a perdida Atlântida (DEMOULLE: 1982, 744; TRIGGER: 1984, 362). O continente africano foi uma das terras preferidas dos temas exóticos e aventurecos, um paraíso a ser desbravado, mas qualquer traço civilizacional era identificado aos referenciais europeus:

“The european histories of the conquests of the navigators and the explorers overseas will coincide with the rigor of knowledge and in the fidelity of the colonizing spirit to culturally integrated or rejected

images (...) Africa and America are, obviously, exotic bodies, but without mystery” (MUDINBE: 1994, 6, 10).

Sendo uma dos mais impressionantes exemplos de arqueologia colonialista, a utilização da cidade perdida de Zimbawe pelo governo local, racista e seletivo, desvinculando as culturas autóctones com um civilização desenvolvida no passado, sobreviveu até 1980, quando foi criado o estado homônimo, substituindo o da Rodésia. O novo governo, independente do domínio britânico, utilizou a mesma denominação do sítio arqueológico, pretendendo recuperar a identidade local com o de uma sociedade sofisticada no passado: “o mito político é instrumento de reconquista de uma identidade comprometida” (GIRARDET: 1987, 183). A exemplo de tantas outras sociedades, a preservação monumental por meio dessas pesquisas, torna-se o vínculo entre os tempos míticos: “cada mito político contém em si mesmo uma visão global e estruturada do presente e do futuro coletivos” (GIRARDET: 1987, 182).

Esta ciência, desde suas remotas origens, efetivamente, não investiga empiricamente apenas os restos e vestígios monumentais. Mas sua vinculação com o imaginário é diretamente relacionada com os vestígios que denotam grandiosidade, respeito, veneração. As descobertas que tiveram impacto popular, por exemplo, Tróia e as escavações egípcias, remetem a esses estereótipos-imagens padronizados do escavador perante ruínas imensas. Não há como escapar a essa imagem fundamental. As próprias instituições procuram criar subsídios para que o resgate desse passado nacional, seja grandioso e imponente, através dos heróicos aventureiros que exploram o mundo antigo.

É interessante perceber que o início da arqueologia (meados do séc. XVIII), mesclasse os vestígios de monumentos com antiquários. A história nacionalista lançará mão de recursos que pretendam essencialmente a obtenção de monumentos arqueológicos, reais ou imaginários, com o fim de obter resultados simbólicos de sua manutenção ao poder. A arqueologia torna-se efetivamente uma aplicação do poder, principalmente quanto é utilizada pelas instituições sociais e pela política, a fim de criar determinados simbolismos do passado histórico, que efetivamente só tomam consistência pela descoberta e preservação de monumentos.

Um objeto monumental particularmente importante para o imaginário arqueológico, são as *ruínas*. Remetem à uma noção de civilidade, característica de uma sociedade em progresso. Isso torna-se relevante se percebermos que a maioria das pesquisas conduzidas em escavações até final do séc. XIX, eram em sítios ruínísticos.

A noção de *monumento* é fundamental para se compreender a interpretação predominante na história no ocidente: remete a uma visão unilateral do objeto enquanto sinal de um passado. Desde a antiguidade, o monumento é vinculado a restos arquitetônicos, fúnebres e esculturais, relacionando-se à uma continuidade cronológica e temporal das sociedades:

“O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”(LE GOFF: 1984, 95).

Cada sociedade, cada cultura em uma determinada conjuntura histórica irá determinar especificamente o que deve ser percebido como monumento. Não é simplesmente o que restou do tempo, *é o que deve permanecer na História*. Aqui outro conceito entra em cena: a *memória*. Foucault nos adverte para essa relação entre a massa documental e o estatuto que a sociedade elabora do mesmo. O monumento torna-se o produto social de determinadas relações de poder. O resultado da imagem que a própria sociedade elabora de si mesma, testemunhando uma dada interpretação sobre os vestígios a serem lembrados e cultuados, principalmente por uma nação.

A arqueologia, funciona assim, como formadora de uma memória histórica, interferindo diretamente na criação de uma cultura material a ser utilizada pelos detentores legítimos dos poderes políticos, indicando certas condições da razão de sua autoridade.

Abstract: Product of romantic period explorations, the archaeology always keep straight ties with society representations systems, legitimizing the established politic order, mainly through the symbolic and mitic systems.

*Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Caixa Postal n. 273 Curitiba - PR CEP: 80001-970. Fone: (041) 232-1067.

Notas:

¹As escavações arqueológicas (a descoberta sistemática de vestígios humanos) iniciaram-se em Pompéia. É fundamental para a diferenciação entre escavação científica e amadora a publicação dos trabalhos e resultados, bem como a observação de critérios e métodos nos procedimentos de pesquisa. A primeira escavação *científica moderna*, foi realizada em 1807 pelo arqueólogo italiano Michele Arditi em Pompéia. Conf. SCHUCHWARDT: 1972, 205.

² As *significações imaginárias* fornecem repostas simbólicas aos problemas e questionamentos sociais, que a racionalidade e a realidade concreta não podem fornecer. Conf. CASTORIADIS: 1982, 177.

³O simbólico é ao mesmo tempo *obra e instrumento*: “o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graus de liberdade”. CASTORIADIS: 1982, 152.

⁴A *instituição* “é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”. CASTORIADIS: 1982, 152.

⁵Na realidade, segundo Hannah Arendt, existem diferentes exercícios do poder político: a autoridade, a violência, a argumentação (MAGALHÃES & SIQUEIRA: 1996, 02). Nos mais conhecidos mitos arqueológicos modernos (estruturados pelas nações), suas imagens estão pautadas em legitimidade política garantida pela *tradição*.

⁶Conf. VOVELLE: 1987, 20. O historiador francês Roger Chartier questiona as delimitações tradicionais e reducionistas sobre o tema: produtor/consumidor, indivíduo/coletividade e processos conscientes e inconscientes entre a mentalidade e a ideologia. Conf. CHARTIER: 1990, 29-63.

⁷As *cidades perdidas* são representações em torno de ruínas arqueológicas, reais ou imaginárias, pela qual os referenciais históricos foram perdidos para a civilização ocidental (principalmente a Europa). No caso da investigação empírica ter comprovado a veracidade da existência desses locais, na maior parte das vezes a a denominação do sítio de cidade perdida ainda persiste no imaginário: acentua sua origem misteriosa e aspectos simbólicos de longa duração, como misto nostálgicos (LANGER: 1996, 59).

⁸A segunda metade do século XIX caracterizou-se por uma grande crescimento das pesquisas e publicações sobre arqueologia no Brasil. Refletindo as mais diversas concepções ideológicas e políticas de seu período, os museus implantados em todo o país dividem-se em monarquistas (como o Museu Nacional) e republicanos (Museu Paulista). Essa oposição refletia diretamente nas teorias e pesquisas conduzidas por essas instituições. A respeito da origem dos *sambaquis*, por exemplo, o Museu Nacional, chefiado por Ladislau Neto, acreditava em sua origem indígena, demonstrada em diversas escavações no litoral brasileiro - inclusive assistidas pessoalmente pelo imperador D. Pedro II. O arqueólogo alemão Hermann Von Ihering (diretor do Museu Paulista) ao contrário, negava a origem humana dos sambaquis, pois para ele “não passavam de acumulação natural de conchas mortas, em lugares antigamente ocupados pelo mar”. Influenciado pelos padrões

etnocêntricos em voga na Europa, Von Ihering desprezava os estudos indígenas, chegando mesmo a defender sua extinção física no período (PROUS: 1982). Sobre história da arqueologia no Brasil ver também: FUNARI: 1994c, 25-27.

⁹A *nação*, para Castoriadis, preenche uma função de identidade imaginária das sociedades modernas - significação antes ocupada por símbolos totêmicos, tribais e mitos religiosos - possuindo um papel eminentemente eficiente na realidade histórica. Conf. CASTORIADIS, 1982, 179.

¹⁰É significativa a importância histórica e social atribuída ao sítio de Massada, onde os membros do exército nacional de Israel prestam neste local juramento e fidelidade à nação. Conf. REICH: 1996, 45.

Referências Bibliográficas

- ANSART, Pierre. 1978. Os imaginários sociais. In: **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARNOLD, Bettina. 1992. The past as propaganda: How Hitler's archaeologists distorted European prehistory to justify racist and territorial goals. In: **Archaeology**. New York, july/august. p. 30-37.
- BACZKO, Bronislaw. 1984. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einauldi**. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BARBIER, René. 1994. Sobre o imaginário. In: **Em aberto**. BRASÍLIA, Ano 14, n.61. p. 15-23.
- BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano T. 1988. **Arqueologia de salvamento no Brasil: uma avaliação crítica**. São Paulo, mimeo.
- CASTORIADIS, Cornelius. 1982. **A instituição imaginária da sociedade** (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHARTIER, Roger. 1990. História intelectual e história das mentalidades. In: **A história cultural**. Lisboa: Difel.
- CHILDE, Gordon. 1976. **Para uma recuperação do passado**. Lisboa: Difel.
- CHMYS, Igor. 1986. As realidades sociais e políticas da arqueologia de salvamento no Brasil. In: **Arqueologia**. Curitiba, n.5. p. 1-15.
- COMEAU, Phil. 1992. Unravelling Hitler's conspiracy. In: **Archaeology/Learning Channel**. New York.
- DAUX, Georges. 1948. **Les étapes de l'archéologie**. Paris: Presses Universitaires de France.
- DEMOULLE, Jean-Paul. 1982. La prehistoire et sus mythes. In: **Annales**. Ano 37, n.5-6. p.740-759.
- DEMOULLE, Jean-Paul & SCHNAPP, Alain. 1973. Renouveau des méthodes et théorie de l'archéologie. In: **Annales**. Paris, vol. 1-2. p. 33-51.

- DURAND, Gilbert. 1989. **Les structures anthropologiques de l'imaginaire**. Paris: Dunoud.
- ELIADE, Mircea. 1972. **Mito e realidade** (trad.) São Paulo: Perspectiva. 1985. **O mito do eterno retorno** (trad.) Lisboa: Ed. 70.
- _____. 1991. **Imagens e símbolos** (trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. 1988. Arqueologia e poder. In: **Arqueologia**. São Paulo: Ática.
- _____. 1993. Memória histórica e cultura material. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.13, n. 25/26. p. 17-31.
- _____. 1994a. A Arqueologia Histórica no Brasil. In: **Boletim do Centro de Memória da Unicamp**. Campinas, v.6, n.12. p. 51-60.
- _____. 1994b. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: documentos inéditos. In: **Idéias**. Campinas, vol.1, n.1. P. 155-179.
- _____. 1994c. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. In: **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Unicamp, n.1, 1994.
- _____. 1995. A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas. In: **Revista da Sociedade Brasileira de pesquisa histórica**. In: Curitiba, n.10. p. 3-9.
- _____. 1996. O amadurecimento de uma arqueologia histórica mundial. In: **Revista de História**. São Paulo, n. 135. p. 163-168.
- GIL, José. 1984. Poder. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GIRARDET, Raoul. 1987. Para uma introdução ao imaginário político. In: **Mitos e mitologias políticas** (trad.). São Paulo: Cia das Letras.
- GUYOMAR, J.Y. 1984. Nação. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- HABERMAS, Jurgen. 1980. **Habermas; Sociologia**. São Paulo: Ática.
- HOLTEN, Birgitte & GUIMARÃES, Lucia Maria Pachcoal. 1997. Desfazendo as ilusões: o dr. Lund e a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz. In: **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora. Vol. 3, n.1.
- LANGER, Johnni. 1996. **Arqueologia do irreal: as cidades imaginárias do Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentado ao curso de pós-graduação em História da UFPR. Curitiba, agosto.
- LAROUSSE, Pierre. 1871. Archéologie. In: **Gran dictionnaire universel du XIX siècle**. Paris: Ed. Pierre Larousse, vol. I.
- LE GOFF, Jacques. 1984a. Idades Míticas. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- _____. 1984b. Documento/monumento. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa Nacional.
- _____. 1984c. Memória. In: **Enciclopédia Einauldi**. Lisboa: Imprensa nacional.
- _____. 1986. Histoire et imaginaire. Paris: Poeiris.
- MAGALHÃES, Marionilde D.B. de & SIQUEIRA, Márcia. 1996. **Mito, Poder e Política**. Texto preparado para Seminário da linha de pesquisa História, Cultura e Poder do DEHIS (UFPR). Versão modificada, mimeo.

- MELLO, Gláucia Boratto R. de. 1994. Contribuições para o estudo do imaginário. In: **Em aberto**. Brasília, ano 14, n.61, p. 45-52.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. 1988. **Arqueologia de salvamento no Brasil: uma avaliação crítica**. São Paulo, mimeo.
- MOBERG, Carl-Axel. 1986. Arqueologia e política. In: **Introdução à arqueologia** (trad.). Lisboa: Ed. 70.
- MOTTA, Roberto M.C. 1996. As contradições do modelo dedutivo em Arqueologia e Antropologia. In: **Revista de Arqueologia**. Belém, vol.3, n.1, p. 57-65.
- MOUSSE, Michel. 1978. Archéologie. In: **Dictionnaire encyclopédique d'histoire**. Paris: Jean Pierre.
- MUDINBE, V.Y. 1994. Symbols and the interpretation of the African Past. In: **The idea of Africa**. Londres: James Currey.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. 1994. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Em aberto**. Brasília, ano 14, n.61, p. 53-59.
- PATAGLEAN, Evelyne. 1990. A história do imaginário. In: LE GOFF (org.) **A história nova** (trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. 1995. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.15, n.29, p. 9-27.
- PROUS, André. 1982. História da pesquisa e da bibliografia arqueológica no Brasil. In: **Arqueologia brasileira**. Brasília: UNB.
- REICH, Ronny. 1996. Atualidade da arqueologia em Israel. In: **Herança judaica**. São Paulo: Ed. B'Mai.
- RODRIGUES, Donizete. 1991. Reflexões sobre a história da arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, vol.1, p. 191-194.
- SCHNAPP, Alain. 1976. A arqueologia. In: LEGOFF, Jacques (org.) **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1982. Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIII et XIX siècles. In: **Annales**. Paris, Ano 37, n. 5-6.
- SCHUCHWARDT, Walter-Herwig. 1972. **Arqueologia**. Lisboa: Meridiano-Fischer.
- TRIGER, Bruce. 1984. Alternative archeologies: nationalist, colonialist, imperialist. In: **Man**. Vol. 19, n.3, p. 355-370.
- TRINDADE-SERRA, Ordep J. 1994. Escavações no campo teórico: arqueologia, antropologia e história...ou a arqueologia clássica depois da nova. in: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n.4, p. 3-20.
- VOVELLE, Michel. 1987. **Ideologias e mentalidades** (trad.). São Paulo: Brasiliense.
- ZAMORA. 1990. A arqueologia como história. in: **Dédalo**. São Paulo, n.28, p. 39-62.